

Apresentação

[Presentation]

REVISTA
comp **política**

revista compolítica

2019, vol. 9(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2019.9.2.353

 Open Access Journal

Emerson Urizzi Cervi

Universidade Federal do Paraná
[Federal University of Paraná]

Ricardo Fabrino Mendonça

Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Viktor Chagas

Universidade Federal Fluminense
[Fluminense Federal University]

Apresentação

Emerson Urizzi CERVI
Ricardo Fabrino MENDONÇA
Viktor CHAGAS

Na segunda edição de 2019, a Revista Compolítica apresenta ao público cinco artigos científicos, uma resenha de livro e uma entrevista. Os conteúdos se alinham com alguns dos temas e investigações que vêm se constituindo como centrais ao campo da Comunicação Política recentemente: a análise de canais de participação online, a interação entre candidatos e eleitores por meio de plataformas digitais, e as diferentes interfaces entre jornalismo e política.

A edição se inicia com texto de Danilo Rothberg e Pedro Luis Bueno Berti, ambos da Universidade Estadual Paulista, que propõem um estudo comparado sobre conversações políticas em dois portais. O artigo se insere em um conjunto mais amplo de investigações, que tem ganhado destaque a partir da produção de diferentes pesquisadores e instituições, a respeito de dinâmicas de participação online. O objeto empírico é formado pelos portais “VotenaWeb”, do Brasil, e “Isidewith”, dos Estados Unidos, onde os autores analisam a qualidade das conversações on-line nesses ambientes digitais. Os dois portais permitem aos públicos, de seus países, a apresentação de opiniões sobre projetos de lei e temas em debate no legislativo, além de permitir uma votação simbólica. Ao todo, são analisadas mais de 30 mil participações nesses espaços. Entre similaridades e diferenças importantes entre ambas as experiências, os autores destacam a importância do fator cultura política, sem negligenciar outras questões como o desenho das plataformas.

Partindo de um conjunto de preocupações semelhantes, o texto de Alzira Ester Angeli e Rafael Cardoso Sampaio, ambos da Universidade Federal do Paraná, analisa a discussão política no Facebook, entendendo a plataforma como um ambiente não especializado. Os pesquisadores examinam uma iniciativa governamental divulgada pela Controladoria-Geral da União em 2014, a campanha de sensibilização e educação cívica “Pequenas Corrupções – Diga Não!”, que alcançou naquele ano o recorde de exposição entre as páginas de órgãos federais no Facebook. Os resultados encontrados pelos autores sugerem

que, a despeito de os níveis de engajamento nas publicações do órgão serem altos, há uma ocorrência relativamente baixa de tópicos em que a discussão se sustentou efetivamente, e, quando houve posicionamento dos usuários nos comentários, há pouca discordância em relação aos temas tratados, o que evidencia baixa heterogeneidade nas visões dos usuários que constituem o público da página.

O texto seguinte, de Aiane Vieira, da Universidade Federal de São Carlos, também se dedica a tema de crescente importância na agenda de pesquisa nacional, analisando as estratégias de comunicação eleitoral de candidatos a cargos majoritários no Brasil em mídias sociais. O artigo analisa as estratégias dos dois principais candidatos a presidente do Brasil em 2014 no Facebook. Ao tratar da forma como se apresentam Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) na rede social on-line, entre julho e outubro de 2014, a pesquisa identifica o Facebook como um instrumento de autopromoção dos candidatos.

No artigo “*Fact-checking* como possibilidade de *media accountability* sobre discurso político?”, Tatiana Dourado, da Universidade Federal da Bahia, analisa o conteúdo de três iniciativas digitais de verificação de conteúdos: “Aos Fatos”, “Lupa” e “Truco”. O objetivo é analisar como as experiências de fiscalização do discurso político se deram no primeiro semestre de 2016. A autora identifica que a prática de etiquetar os conteúdos não foi o padrão geral, ainda que tenha havido predomínio das checagens de temas sobre a política nacional. Como método de análise, o artigo apresenta um estudo comparativo das três experiências de vigilância de conteúdo de forma complementar ao jornalismo de fatos.

Por fim, Aline Grupillo, da Universidade Beira Interior (Portugal), apresenta os resultados de uma pesquisa a partir da história oral de cinegrafistas profissionais, considerados “jornalistas amadores” no Brasil, em virtude da regulamentação das diferentes atividades que compõem as práticas do jornalismo televisivo. A partir das entrevistas, é possível perceber como profissionais que são indispensáveis para a telejornalismo diário se reconhecem e como são vistos pelas demais categorias que compõem a cadeia de produção. A oposição entre jornalista profissional e jornalista amador, aplicada à parte considerada mais braçal e técnica da profissão, é explicada pela falta de credencial acadêmica para o exercício profissional de cinegrafistas. Na visão da autora, “historicamente, as tentativas

de restringir o acesso ao jornalismo a agentes diplomados resultaram no rebaixamento estatutário dos produtores de imagem”, configurando uma espécie de “ralé” do telejornalismo.

Ainda nesta edição, o livro “Feminismo na imprensa alternativa Brasileira: quatro décadas de lutas por direitos”, de Viviane Gonçalves Freitas, publicado em 2018 pela Paco Editorial, é resenhado pelas pesquisadoras Maiara Garcia Orlandini, Bruna Silveira e Thaís Borges Costa. O livro analisa o enquadramento de quatro jornais alternativos feministas brasileiros, abrangendo um período total de quase quatro décadas, de 1976 a 2014. Na obra, são apresentados os resultados de uma pesquisa sobre as diferentes formas como a resistência feminista aparece nos jornais em diversos momentos históricos do país.

O professor Francisco Sierra Caballero, da Universidade de Sevilha e do Instituto Andaluz de pesquisa em Comunicação e Cultura, é o entrevistado desta edição da revista. Fundador da Associação Espanhola de Pesquisa em Comunicação, Sierra analisa o atual cenário político de conflito exacerbado e radicalização à luz das potencialidades (ainda não cumpridas) da ação coletiva a partir das tecnologias digitais. Ele considera os movimentos #VemPraRua, no Brasil, #YaMeCansé, do México, e #Yasunidos, do Equador, como exemplos de novas manifestações de massa na América Latina. A entrevista foi concedida antes das novas informações sobre a relação entre o movimento #VemPraRua e procuradores do Ministério Público Federal brasileiro responsáveis pela operação Lava Jato. Para Sierra, o que explica a radicalização é mais o comportamento reativo do cidadão comum do que a disponibilidade tecnológica. “Quando alguém perde seus direitos, seu trabalho, sua casa, evidentemente a pessoa vai se mobilizar. Isso é o que está acontecendo com a articulação da extrema-direita”, afirma o professor, na entrevista a Aline Cristina Camargo.

Boa leitura!